
IMAGEM E AUTO-IMAGEM: IDENTIDADE FEMININA NO CÂNONE
LITERÁRIO BRASILEIRO

MELISSA CARVALHO GOMES*

RESUMO

Com o intuito de levar adiante as discussões sobre a mulher e o seu papel na sociedade, o presente artigo descreve e discute o desenvolvimento histórico do cânone literário brasileiro e a escrita feminina dentro desse processo, apontando para os mecanismos de afirmação social da identidade feminina no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, identidade, sociedade.

A SOCIEDADE E O CÂNONE LITERÁRIO

O resgate histórico dos princípios da arte europeia, influência estruturante da literatura brasileira, é capital para o entendimento dos processos sociais que fundamentam o discurso da nossa obra literária. As regras do campo da literatura se estruturam historicamente como esferas de poder. Seus papéis são definidos através da produção artística entre burgueses, na Europa, no fim do século XVIII e no século XIX (BOURDIEU, 1996, p. 24-30).

Viver da arte, principalmente na França, significava ocupar uma posição determinada na estrutura social, reservada à nobreza ou à burguesia. O desenvolvimento da imprensa em Paris, no século XIX, significou a expansão do seu mercado de bens culturais às outras camadas da população, jovens das classes médias ou sem fortuna, esperançosos em ascender socialmente (BOURDIEU, 1996, p. 42-77).

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa intitulada "Questões Sócio-Ambientais, Estudos Culturais e Desenvolvimento Sustentável," sob orientação das professoras: Dra. Denise Pini Rosalem da Fonseca e Dra. Eliana Yunes. E-mail: mecgo@hotmail.com

A burguesia e a pequena burguesia se compreendiam no processo dialético da arte normativa, encomendada, lucrativa, e da “arte pela arte” na busca da essência criativa distante dos padrões convenientes do mercado. Viver da arte na França torna-se, pois, um meio de ascensão social e financeiro ou, ao menos, um mecanismo de prestígio intelectual e respeito (BOURDIEU, 1996, p. 74-80).

Segundo Bourdieu, este universo é dividido em três classes de seres:

O homem que trabalha, ou seja, o lavrador, o pedreiro, o soldado, o pequeno varejista, o empregado subalterno, o médico, o advogado, o grande negociante, o fidalgo de província e o burocrata; o homem que pensa; e o homem que não faz nada e se dedica à vida elegante. O artista é uma exceção: sua ociosidade é um trabalho e seu trabalho, um repouso; ele é alternadamente elegante e negligente.

O mundo burguês procurava dominar os instrumentos de legitimação através da arte e da literatura, porém a revolução cultural iniciada a partir de 1848 subverteu os princípios do universo artístico, por meio das transgressões nas obras e na sociedade. O ano de 1880 significou o processo libertário da literatura, em busca da autonomia, diante do progresso cultural junto aos demais segmentos artísticos.

Ainda segundo Bourdieu (1996, p. 141):

O campo literário tende a organizar-se segundo dois princípios de diferenciação independentes e hierarquizados: a oposição principal entre a produção pura, destinada a um mercado restrito aos produtores, e a grande produção, dirigida para a satisfação das expectativas do grande público, reproduz a ruptura fundadora com a ordem econômica, que está no princípio do campo de produção restrita.

Levando a termos, a evolução do campo literário trouxe a imposição de políticas relativas à independência de seus valores, determinando a intelectualidade constitutiva deste campo profissional. Essas ações contestavam a ortodoxia e impunham confrontos aos cânones heréticos, através do estabelecimento de novas posições e do conteúdo diferencial

das obras. O campo literário passa, na esfera social, a desenvolver relações de poder entre a população e a burguesia, relacionado ao discurso desenvolvido em suas obras (BOURDIEU, 1996, p. 179-246).

O principal desafio do processo de autonomização da obra literária é a ruptura com as antigas tradições, com o desinteresse pelas produções populares na ordem da economia cultural. Nesse contexto estrutura-se o princípio autônomo da “arte pela arte”, num processo em que se busca a essência da obra e da arte, instaurando a autoproibição referente às análises das condições sociais e históricas nas quais foram produzidas.

O avanço da autonomia, a busca da essência e da percepção pura fez da obra legítima uma instituição social, com posturas e condições da produção e da leitura a-históricas.

Embora essas características descritas sejam centrais para a compreensão dos valores sócio-culturais que informam a construção do cânone, não é nosso propósito o aprofundamento dessas teses relativas à história da arte. No caso, interessa o deslocamento de tais questões na formação da estrutura da literatura brasileira, no que se refere a seu reflexo cultural, formal e patriarcal, o que será aprofundado no tema em discussão.

EDUCAÇÃO E ESCRITA FEMININA

Na composição educacional no Brasil do século XIX é significativa a influência européia burguesa, principalmente francesa, que é determinante na formação da nossa estrutura literária. Essa influência européia formou aqui um discurso literário de grande influência crítica e favoreceu a formação dos cânones junto a todo o sistema patriarcal aqui existente. Cabe destacar que toda cultura é apropriada de maneira diversa, sendo organizada de forma característica por determinadas sociedades, jamais se configurando como uma cópia fiel à origem. E o caso brasileiro não foi exceção.

A exclusão das mulheres nesse sistema educacional foi muito grande. Quase a totalidade das mulheres brasileiras, ao final do século

XIX, eram analfabetas, sendo difícil o acesso a textos escritos característicos desta época. São encontrados, em sua maioria, apenas discursos patriarcais e referências ao papel da mulher na nossa sociedade (GOTLIB, 2000, p. 102-107).

A partir de 1827 fica assegurado o estudo elementar às mulheres, embora o ensino propiciado fosse precário. Até meados do século XIX a mulher permanece isolada do ambiente cultural, diferentemente da maioria dos homens (GOTLIB, 2000, p. 105-105).

Através de políticas patriarcais do saber formou-se e institucionalizou-se a literatura como um campo de homens letrados. Porém, no interior desta estrutura, encontramos a mulher como produtora de discursos e saberes, o que se evidencia em suas produções domésticas e em um ou outro recorte da historiografia de tradições literárias e dos cânones brasileiros (MIGNOT, 2000, p. 17-27).

Segundo Luiza Lobo (2002, p. 3), a crítica literária brasileira é muito recente; nasceu no século XIX com a independência do país, superando problemas como a deficiência de leitores e a ausência de Universidades dedicadas à Literatura.

A falta de leitura sistemática de autores, críticos, da literatura greco-latina ou de importantes histórias literárias que nos antecederam leva a um ecletismo e um generalismo de estilos que foram denominados de impressionistas. É o domínio do sentimento sobre a racionalidade. Vale a impressão pessoal sem fundamento num estudo mais aprofundado ou em comparação a autores antes estudados com afinco. (LOBO, 2002, p. 8)

Entre as poucas exceções no que se refere à literatura feminina, podemos citar a escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, que se dedicou às letras e à educação da mulher.

Para a autora, a educação vincula-se ainda a um projeto de realização pessoal da mulher no universo familiar e doméstico. Mas anuncia também propostas avançadas para a época: a educação deveria ser

dirigida a todas as mulheres, incluindo aí as pobres, como meio de livrá-las da miséria, proclamando a necessidade, por si só já revolucionária, de que todas sejam bem educadas em suas respectivas situações. (DUARTE, 2000, p. 111)

Um dos veículos de emancipação e divulgação dos textos femininos foi a imprensa, através de revistas femininas e religiosas. A dificuldade de ampliação dos trabalhos escritos por mulheres, devido à crítica literária e ao cânone masculino e patriarcal, levou as mulheres a ganhar espaço em jornais e revistas católicas, o que constituía forma de expansão do número de seus leitores (ALVES, 1999, p. 109-111).

O avanço da escrita feminina foi ampliado com a crítica às obras literárias, confessionais e canônicas, o que abriu espaço para a compreensão do discurso presente nesses textos e de todo o contexto histórico-social dominante. Para entendermos o papel da literatura feminina, ou de qualquer outra obra na literatura brasileira, é importante discutir a função intrínseca do discurso na estrutura textual. É o que faremos a seguir.

CONCEPÇÃO E LEITURA DO MUNDO

O discurso entendido de maneira ampla refere-se ao processo de atribuição dos sentidos, à concepção e à leitura do mundo. As relações de sentidos presentes no texto articulam-se em referência a outros textos existentes, possíveis ou imaginários (ORLANDI, 1988, p. 10-16).

O sentido do texto é determinado pelos que escrevem e pelos que lêem, já que implica referência à conjuntura social no momento em que está sendo lido ou escrito. É pelo sentido que se estrutura o discurso, como configuração ideológica presente nos textos e na formação do leitor. Para se compreender o sentido é preciso transpor o discurso presente (ORLANDI, 1988, p. 12-24).

Para detectar o sentido crítico nos primeiros textos femininos é preciso ultrapassar o discurso paternalista presente neles. O sentido nos

leva a identificar a opressão e os desejos femininos diante do contexto social e cultural em que viviam as autoras.

“Ler é saber que o sentido pode ser outro. Há uma determinação histórica que faz com que só alguns sentidos sejam lidos e outros não” (ORLANDI, 1988, p. 12).

A análise de discurso tem como unidade o texto. Na análise de discurso o objeto teórico é o discurso e o objeto empírico é o texto. A partir da interlocução entre o sentido e o discurso teremos a compreensão da sua totalidade estruturante.

Os conceitos fundamentais da análise de discurso, segundo Eni Orlandi (1988, p. 50-59) são: processo e produto, contexto histórico-social, interação, trabalho, formação discursiva e formação ideológica. Todo discurso se produz em certas condições sociais, políticas ou ideológicas, e a leitura é o momento crítico deste discurso, a base do trabalho intelectual. “O discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção” (ORLANDI, 1988, p. 55).

Na medida em que o texto é uma unidade complexa, composta por várias formações discursivas e em cujo fundamento está a identidade do autor, a análise de discurso pode ser de difícil assimilação. No constante processo de ruptura com a complexidade discursiva, o pesquisador ou o leitor chegará a várias formas e, em vários momentos, ao valor do sentido implícito no seu conteúdo ideológico.

A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeitos) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade. (ORLANDI, 1988, p. 58)

Um texto possui sentidos e enunciações múltiplas decorrentes dos mecanismos ideológicos em que são produzidos. O resgate histórico

e a busca da neutralidade, em sua complexidade, implicam a busca dos sentidos e a identificação dos discursos. É imperioso detectar as determinações ideológicas presentes nos textos para buscarmos a fala do autor, o sentido implícito, a exemplo do que ocorre na literatura feita por mulheres. Realizar a análise textual é introduzir a epistemologia como ciência, na ruptura e na construção dos significados presentes (ORLANDI, 1988, p. 55-67).

Tanto a leitura como os textos são produzidos em condições sócio-históricas determinadas, o que gera a possibilidade de um mesmo livro ser lido de várias maneiras em contextos históricos e sociais diferentes.

A noção de que o sujeito interpreta o mundo com a bagagem de vida que traz, com seu repertório cultural, pouco a pouco alavanca a idéia de que o conhecimento e o sentido do mundo não podem ser articulados fora das linguagens. O caráter social desta sua inexorável estruturação da mente faz com que o próprio inconsciente, sendo linguagem, não se exima da permeabilidade social através dos traços, sinais e cenas que o impregnam. (YUNES, 2002, p. 117)

A obra literária tem uma relação dupla com a história. A obra é história, pois faz referência a determinado contexto, e a obra produz história, pois atua no campo da ideologia, na percepção de mundo e do real (ORLANDI, 1988, p. 58-70).

Não é só quem escreve que produz sentidos, quem lê é parte importante nesta construção. Quando lemos estamos produzindo sentidos. É nesse horizonte que se deve atentar ao contexto histórico-social como dimensão capaz de interferir na interpretação e produção dos sentidos e dos discursos presentes nos textos, num movimento de constante ruptura (ORLANDI, 1988, p. 70-75).

A análise de discurso não é um método de interpretação, não atribui nenhum sentido ao texto. O que ela faz é problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos

que estão funcionando. Compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação. (ORLANDI, 1988, p. 117)

RETRATO DE MULHER

Como se atribuem sentidos à fala feminina? O que está por trás do sentido, do enunciado da fala subtendida?

É dentro desta perspectiva de discussão que a autoria feminina é analisada e é configurada como produção literária, na medida em que se caracteriza como um mecanismo discursivo e representativo da sociedade histórica brasileira (ORLANDI, 1988, p. 80-120).

Os estudos da mulher na literatura brasileira surgem com o propósito de levantar sinais sobre a vida da mulher na sociedade, refletindo os discursos, as problemáticas e os avanços da literatura diante das descobertas e da ampliação do espaço feminino na atuação social da mulher, na superação da crítica canônica e no enfrentamento das questões excludentes da ideologia dominante (DUARTE, 2002, p. 13-18).

Utilizando a escrita feminina como fonte de um outro conceito de crítica, estamos abordando um outro viés historiográfico e social da realidade brasileira a partir dos veículos de disseminação ideológicos utilizados pela classe dominante (SCHMIDT, 1999, p. 23-29).

A construção crítica feminina passa pela ideologia patriarcal, assim como toda a sociedade brasileira. A ideologia patriarcal explica a relação desigual existente entre os sexos como natural e harmoniosa. O determinismo biológico foi sendo assentado pela ideologia burguesa como parte natural da identidade feminina, passando a definir os sentimentos, as ações e os pensamentos da mulher.

Nas análises textuais identificamos a escrita como uma alternativa de liberdade da mulher no seu dia-a-dia, como opção diante do cárcere privativo dos sentimentos no mundo autoritário e excludente do sentido, da voz, da intelectualidade autônoma (MUZART, 2000, p. 181-186).

O sentido presente nos textos femininos revela os anseios, os medos, os reflexos sociais, o *outro*, partindo de uma individualidade específica refletida no sistema de relações patriarcais vivenciadas, na busca de um constante desvencilhamento desse padrão ideológico normativo (DUARTE, 2000, p. 20-30).

O Outro pode representar uma maneira de ser distante e desconhecida; ele pode ser a negação do Eu, porém, como por esta razão ele suscita a resistência, sua presença pode implicar a afirmação de um Eu mais sólido, mais auto-consciente e, portanto, mais funcional ou mais feliz. O Outro representa o limite do Eu, mas também deixa claro que ele pode encontrar muitas outras maneiras de existir. (FONSECA & LIMA, 2002, p. 21)

Lidar com a escrita feminina é ocupar espaços, antes marginais, de uma formação opressora, ou seja, de uma estrutura canônica formadora e transmissora da ideologia estética discursiva predominante, fechada a transformações, a significações diversas, contestadoras e inovadoras.

A análise crítica da escrita feminina, em todos os seus meandros, é um espaço conquistado recentemente, mas com grandes avanços tanto na literatura como nas ciências sociais; com aspectos ainda a serem desvendados e conhecidos, mas já capaz de revelar apropriações necessárias ao desenvolvimento social. Não pretendo fazer uma análise específica das autoras femininas, de seus sentidos e percursos literários, mas sim identificar pontos relevantes que vão nortear a presente discussão.

Elaine Sholwalter (apud SCHWANTES, 2000) aponta três etapas do percurso literário feminino compreendido entre 1840 e 1960. A primeira etapa, definida como “feminina”, é caracterizada pela imitação; nela prevaleciam a tradição dos modos de dominação e a internalização da ideologia social. O segundo momento é definido por ela como de ruptura, e corresponde à fase de protesto pela autonomia e valores da minoria, fase denominada “feminista”. Por último, a terceira fase, que é a da

autodescoberta, é caracterizada pela literatura da mulher, “female”, que compreende as questões atuais do final do século XX. Segundo a autora, essas categorias não são rígidas, podendo ser encontradas mescladas em uma mesma obra.

Críticos afirmam que a escrita feminina possui características próprias, com elementos significativos de continuidade e repetição no que se refere a questões fundamentais de resgate e essência das questões femininas. Seus temas principais incluem assuntos e problemáticas que permanecem atuais, remanescentes de gerações e gerações. Esse é um elemento importante, na medida em que as questões e os anseios trabalhados permanecem atuais, num paradigma ainda não ultrapassado e numa sociedade ainda enraizada no patriarcalismo (XAVIER, 2002, p. 2).

Na primeira etapa da trajetória literária feminina, a etapa do “feminino”, os discursos aparecem como reprodutores dos valores vigentes, representando de forma significativa os anseios da mulher no ambiente doméstico e seu desejo de ampliar os horizontes tão restritos. Há, nesta etapa, poucas exceções que contestam o papel da mulher na sociedade. No decorrer desta fase, a mulher empreende movimentos de luta pela educação, sem pleitear mudanças nos papéis sociais e tradicionais ocupados por ela (XAVIER, 2002, p. 1-2).

Várias autoras como Virginia Woolf e Clarice Lispector tiveram importância no processo desmistificador e desconstrutor dos valores e preconceitos estabelecidos a respeito das mulheres, no decorrer do século XX. Clarice rompe com os valores reprodutores e estéticos da escrita feminina, introduzindo questões críticas sobre as relações de gênero, de forma sutil, em meio aos valores patriarcais (DUARTE, 2002, p. 20-27).

Dentro deste percurso evolutivo é difícil mapear e nomear um campo epistemológico para abordar a questão feminina. Esse conhecimento se estrutura a partir da construção de novos significados extraídos das experiências das mulheres na sociedade. A categoria mulher, como categoria analítica, emergiu a partir do reconhecimento da mulher como

parte excluída dos processos de legitimação do sujeito como elemento histórico, ativo e cidadão.

A partir do momento de identificação desses processos de legitimação, o fazer feminino é considerado como

um movimento de resistência ao paradigma de essencialismo, homogeneização e universalismo que sustenta a institucionalização da literatura e que subjaz às noções vigentes de tradição e cânone literário, ao discurso crítico da historiografia literária, às estratégias interpretativas e critérios de valoração herdados e legitimados na cultura patriarcal. (SCHMIDT, 1999, p. 36)

O processo de desconstrução realizado pela escrita feminina, com reflexos e significâncias na sociedade patriarcal, tem ocasionado mudanças expressivas em termos de alcance literário e discursivo (XAVIER, 1999, p. 12-35).

“Assim, a identidade feminina é não somente construída, mas decorre das relações sociais que submetem as integrantes do segundo sexo ao papel de figuras seduzidas pela adoração dos sentidos” (DUARTE, 2000, p. 18).

Simone de Beauvoir propõe, na discussão das obras literárias, que busquemos enxergar o mundo pelos olhos de uma mulher, sem ser o espelho, sem reproduzir o mundo segundo a visão masculina e seus sistemas de relações (SCHWANTES, 2000). Pensada desta forma, a literatura se torna, então, o reflexo do que a mulher gostaria de ser e de mudar na estrutura social, na busca de sua identidade. Uma tentativa através das letras de resistência social à exclusão. A ampliação de leitores e o acesso a essas produções vão pouco a pouco desenhando um outro retrato na história da escrita feminina (SCHWANTES, 2000).

Estamos compondo então um outro retrato da mulher por meio da literatura, que se constitui como um importante capital cultural na busca de estratégias que viabilizam o resgate histórico da vida em sociedade. Resgate a ser feito no caminho da construção de uma nova identidade, desvencilhada das relações de gênero.

ABSTRACT

This article describes and discuss the historical development of Brazilian literary canon, and feminine writing within this process, with the purpose of taking forward the debate regarding woman and her role in society and to point out the construction mechanisms of feminine identity in Brazil.

KEY WORDS: Woman, identity, society.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ivía. Amor e submissão: formas de resistência da literatura feminina? In: RAMALHO, Christina (Org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999. p. 107-115.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Constância Lima. Estudos sobre mulher e literatura: história, avaliação, perspectivas. In: MUZART, Zahide (Org.). *A mulher na literatura*, n. 9, Boletim do GT, Anpoll. UFSC, 2000/2002. p. 16-20.

DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (Orgs.). *Gênero e representação na literatura brasileira*, v. I. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras, UFMG, 2002. p.13-31.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da. Noticias de otros mundos: historia y estórias en la metaficción historiográfica. *Anuário brasileiro de estudos hispânicos*, v. 10, p. 233-247, 2000.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da; LIMA, Tereza Marques de Oliveira. *Notícias de outros mundos: lendas imagens e outros segredos das deusas nagô*. Rio de Janeiro: Historia y Vida, 2002.

GOTLIB, Nádia Batella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: MUZART, Zahide (Org.). *A mulher na literatura*, n. 9, Boletim do GT, Anpoll. UFSC, 2000/2002. p. 102-135.

LOBO, Luiza. Tradição e ruptura na crítica no Brasil: da sobrevivência da arte e do literário. *Revista Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano 2, v. II, p. 1-10, 2002.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. Tecendo educação, história, escrita autobiográfica. In: ———. (Orgs.). *Refúgios do eu*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p.17-27.

MUZART, Zahide Lupinacci. Do navegar e de navegantes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Orgs.). *Refúgios do eu*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 181-189.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

SCHWANTES, Cíntia. Espelho de Vênus: questões da representação do feminino. In: MUZART, Zahide (Org.). *A mulher na literatura*, n. 9, Boletim do GT, Anpoll. UFSC, 2000/2002. p. 187-193.

SCHMIDT, Rita Therezinha. Recortes de uma história: a construção de um fazer/saber. In: RAMALHO, Christina (Org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Editora Elo, 1999. p. 107-115.

XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória. *Revista Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano II, v. 2, p. 1-4, 2002.

_____. O corpo a corpo na literatura brasileira: a representação do corpo nas narrativas de autoria feminina. In: MUZART, Zahide (Org.). *A mulher na literatura*, n. 9, Boletim do GT, Anpoll. UFSC, 2000/2002. p. 230-246.

_____. Para além do cânone. In: RAMALHO, Christina (Org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Editora Elo, 1999. p. 9-40.

YUNES, Eliana. Função do leitor: a construção da singularidade. In: YUNES, Eliana (Org.). *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2002. p. 114-119.

